

SUMÁRIO

TÍTULO I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Capítulo I – Princípios Constitucionais

1. Introdução	35
2. Noção de princípio	43
3. Princípios jurídicos. Princípios jurídico-constitucionais.....	44
4. O princípio jurídico-constitucional e a interpretação.....	49
5. O princípio constitucional como diretriz do sistema jurídico	56
6. A Magna Carta e a supremacia dos princípios constitucionais	57
7. Outras considerações.....	59

Capítulo II – Princípio Republicano e Tributação

1. Noções preliminares.....	62
2. Conceito de República. Seus elementos.....	63
3. Proibição de vantagens tributárias fundadas em privilégios	76
4. O princípio republicano e a igualdade tributária.....	78
5. O alcance do princípio republicano.....	81
6. A relevância jurídica do princípio republicano	81
7. O princípio republicano e a competência tributária	83
8. O princípio republicano e a capacidade contributiva.....	85
8.1 Noções gerais	89
8.2 Destinatários do princípio da capacidade contributiva	91
8.3 Eficácia do princípio da capacidade contributiva	92
8.3.1 Capacidade contributiva e não confiscatoriedade.....	97
8.4 Análise jurídica do tópico “sempre que possível (...)” (art. 145, § 1º, primeira parte, da CF).....	102
8.4.1 O IPTU e a capacidade contributiva.....	106
8.4.2 O IR e a capacidade contributiva.....	113
8.5 Síntese conclusiva	122

Capítulo III – Princípio Federativo e Tributação

1. Colocação do tema	123
2. A natureza jurídica do Estado Federal	124
2.1 A soberania e o Estado	125
2.2 Os Estados simples e as Uniões de Estados	128
2.2.1 As Uniões pessoais	129
2.2.2 As Confederações de Estados	129
2.2.2.1 Diferenças entre a Confederação de Estados e o Estado Federal – A Confederação de Estados e o Estado Federal são entidades diversas e, assim, inconfundíveis. O traço distintivo entre eles repousa na soberania, presente nos Estados confederados, não, porém, nos federados (Le Fur). ..	131
2.3 O Estado Unitário Descentralizado e o Estado Federal	131
2.4 As Uniões reais e o Estado Federal	132
2.5 Outras características do Estado Federal	133
3. O princípio federativo, no Brasil	134
3.1 Igualdade jurídica entre a União e os Estados-membros	135
3.2 A natureza jurídica da União	138
3.3 A indissolubilidade da Federação Brasileira	139
3.4 A competência residual dos Estados	140
3.5 A coexistência das autonomias federal e estaduais	141
3.6 As leis complementares estaduais	142
3.7 A relevância jurídica do princípio federativo, no Brasil	143
4. Os Estados-membros e suas Constituições	144
4.1 A igualdade jurídica dos Estados-membros	148
5. Últimas considerações	149

Capítulo IV – Autonomia Municipal e Tributação

1. Introdução	152
2. Caráter jurídico do princípio	154
3. O conteúdo da “autonomia municipal”	155
4. O art. 30 da CF e os assuntos de interesse local. A lei orgânica municipal	157
5. Assuntos de interesse predominantemente local	160
6. Resposta aos críticos da fórmula “assuntos de interesse local”	163
7. O art. 30 da CF e seu rol exemplificativo	165
8. A relevância jurídica do princípio da autonomia municipal	165
9. A competência tributária do Município em face do art. 30 da CF	167
10. Outras considerações	168
11. A autonomia do Distrito Federal	168

Capítulo V – Princípio da Anterioridade e Tributação

1. Noções preliminares.....	171
2. Exceções ao princípio e aparente exceção	181
2.1 As “contribuições” (art. 149 e seu § 1º da CF), os empréstimos compulsórios do art. 148, II, da CF, os impostos residuais da União (art. 154, I, da CF) e o princípio da anterioridade	187
2.2 Conclusão parcial	189
3. O princípio da anualidade: a possibilidade jurídica de sua inclusão nas Constituições estaduais e nas leis orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal	190
4. O princípio da anterioridade e a alteração das formas e dos prazos de pagamento do tributo	192
5. As isenções tributárias e o princípio da anterioridade	194
5.1 Outro caminho.....	196
5.2 A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade	197
5.3 As isenções advindas de tratados internacionais e o princípio da anterioridade	201
5.3.1 Tratados internacionais. Noção geral.....	201
5.3.2 Os tratados internacionais, no Brasil	205
5.3.3 Os tratados internacionais tributários	208
5.4 A isenção tributária com prazo prefixado de vigência e o princípio da anterioridade	210
5.5 As isenções concedidas com base no art. 156, § 3º, II, da CF e o princípio da anterioridade.....	210
6. A delegação da capacidade tributária ativa e o princípio da anterioridade	211
7. Síntese conclusiva	213

Capítulo VI – Legalidade e Tributação

1. Introdução	214
2. O princípio da legalidade. Generalidades	217
2.1 A lei e o tributo.....	220
3. A legalidade no direito tributário brasileiro	224
3.1 Aspectos gerais	224
3.2 A lei como limitação ao exercício da competência tributária	231
3.3 Novas considerações	231
3.3.1 Generalidades	231
3.3.2 A regra “solve et repete” e a legalidade tributária	234
3.3.3 A legalidade e o prazo e as condições de recolhimento dos tributos. A indexação dos tributos (sua impossibilidade, ainda que prevista em lei)	236
3.4 Lei ordinária e tributação	239

3.4.1	Circunscrição do problema	239
3.4.2	As medidas provisórias e a tributação	242
3.4.2.1	Os impostos previstos no art. 153, I, II, IV e V, da CF, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direito de natureza financeira e a antiga contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e as medidas provisórias.	251
3.4.2.2	Os impostos extraordinários e as medidas provisórias	253
3.4.2.3	Os empréstimos compulsórios, os impostos da competência residual da União, o imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (IPMF), as contribuições que criam novas fontes de custeio para a seguridade social e as medidas provisórias.	253
3.4.2.4	As “contribuições sociais para a seguridade social” e as medidas provisórias – Também as “contribuições sociais para a seguridade social” não aceitam as medidas provisórias.	255
3.4.2.5	Últimas colocações.....	255
3.4.3	As leis delegadas e a tributação	257
3.4.4	Síntese conclusiva.....	258
4.	Aparentes exceções ao princípio da legalidade tributária.....	259
5.	Considerações sobre o “processo legislativo” e a lei ordinária.....	266
5.1	A iniciativa	267
5.2	A deliberação.....	274
5.3	A sanção	274
5.4	A promulgação	276
5.5	A publicação.....	279
5.5.1	Noções gerais.....	279
5.5.2	Conceito.....	280
5.6	Epítome	289
6.	A revogação das leis tributárias.....	289
6.1	Noções básicas	289
6.2	Assuntos paralelos.....	290
6.3	A irrepristinabilidade.....	293
7.	A legalidade e os deveres instrumentais tributários	295
8.	O “desvio de poder” no exercício da função legislativa tributária. Sua inconstitucionalidade	304

9. A irretroatividade das leis tributárias	306
10. Limitações ao princípio da legalidade.....	316
11. A lei e a faculdade regulamentar.....	318
11.1 A “referenda” do regulamento tributário. Sua imprescindibilidade.....	335
12. Legalidade e os princípios federativo, da autonomia municipal e da autonomia do Distrito Federal.....	338

Capítulo VII – Segurança Jurídica e Tributação

1. Noções introdutórias	340
2. Estado de Poder, Estado de Direito e Estado Democrático de Direito	344
2.1 O Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais	346
2.2 Origem da proteção jurídica aos direitos fundamentais.....	347
2.3 O alcance dos direitos fundamentais.....	348
3. Direitos fundamentais e tributação.....	359
3.1 O “estatuto do contribuinte”	361
4. Segurança jurídica da tributação e os princípios da tipicidade fechada, do exclusivismo, da adequada eleição do sujeito passivo tributário, da vinculação do lançamento à lei, da interpretação estrita da lei, da igualdade, da confiança na lei fiscal, da boa-fé do contribuinte e da moralidade	365
5. Da consulta fiscal e seus efeitos jurídicos.....	386
6. A segurança jurídica, o “livre acesso” ao Poder Judiciário e o contencioso administrativo-tributário	392
7. A inconstitucionalidade da responsabilidade tributária por fato futuro (substituição tributária “para frente”)	412
8. A segurança jurídica e as presunções, ficções e indícios	418
8.1 Das presunções.....	419
8.2 Das ficções	423
8.3 Dos indícios.....	425
8.4 Consequências a tirar	429
8.5 A norma geral antielisiva. Sua correta compreensão	433
8.5.1 Da simulação fiscal.....	434
9. A quebra dos sigilos bancário, de dados e fiscal sem expressa autorização do Poder Judiciário. Sua inconstitucionalidade	437
10. O “princípio da proporcionalidade” como limite constitucional à criação ou aumento dos tributos	443
11. Garantias dos contribuintes, diante da tributação	446
12. Considerações finais.....	448

TÍTULO II – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

**Capítulo VIII – Competência Tributária –
Definição – Características**

1. Considerações gerais.....	451
2. Competência tributária.....	453
2.1 Introdução	453
2.2 A Constituição como a Carta das Competências	453
2.3 Conceito	454
2.4 O exercício da competência tributária	457
2.5 A competência tributária e seus limites jurídicos.....	458
2.6 A competência tributária e o estado de sujeição dos contribuintes.....	459
2.7 Os titulares da competência tributária.....	460
2.8 A competência tributária e a criação de tributos	462
2.9 Questões conexas	464
2.10 Competência tributária e os “arquetipos” dos tributos.....	465
3. Características	467
3.1 Privatividade	468
3.1.1 Introdução ao assunto e análise de questões paralelas.....	468
3.1.2 A classificação jurídica dos tributos	472
3.1.2.1 Os impostos.....	476
3.1.2.2 As taxas. Suas modalidades. Taxas e “preços públicos”. O pedágio.....	481
3.1.2.3 A contribuição de melhoria	504
3.1.2.4 Os empréstimos compulsórios	511
3.1.2.5 As “contribuições parafiscais”	520
3.1.2.6 Os “impostos extraordinários”	522
3.1.2.7 As “contribuições” (art. 149 e seus parágrafos da CF).....	524
3.1.2.8 Síntese conclusiva	582
3.1.3 A privatividade das competências tributárias em relação aos impostos. Os critérios “material” e “territorial” de partilha das competências impositivas.....	582
3.1.4 A privatividade das competências tributárias em relação às taxas e à contribuição de melhoria (tributos vinculados a uma atuação estatal).....	587
3.2 Indelegabilidade	591
3.3 Incaducabilidade	597
3.4 Inalterabilidade.....	599
3.5 Irrenunciabilidade	601
3.6 Facultatividade	602

4.	Repartição das receitas tributárias.....	609
4.1	Colocação do problema.....	609
4.2	Hipótese em que nasce o direito à participação nas receitas tributárias	610
4.3	Tema financeiro. A importância de seu estudo.....	612
4.4	As fórmulas adotadas pela Constituição brasileira na repartição das receitas tributárias	614
4.4.1	Os Estados-membros e a partilha de suas rendas aos Municípios localizados em seus territórios.....	619
4.4.2	O “diferencial de alíquotas” no ICMS e a repartição das receitas tributárias decorrentes deste tributo	622
4.4.3	Cautelas constitucionais.....	624
4.5	Breve conclusão	626
5.	Tributação e defesa do meio ambiente	626
6.	Últimas considerações.....	629

Capítulo IX – Imunidades Tributárias

1.	Introdução	638
2.	A impossibilidade de serem ignoradas as situações de imunidade	650
3.	As acepções da expressão “imunidade tributária”	652
4.	As imunidades do art. 150, VI, da CF	655
4.1	As imunidades das pessoas políticas.....	655
4.2	As imunidades dos templos de qualquer culto.....	671
4.2.1	A noção jurídica de “culto”.....	686
4.2.2	Dos ganhos dos religiosos e do seu tratamento jurídico tributário... ..	689
4.3	As imunidades dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social	694
4.3.1	Considerações gerais	694
4.3.2	Imunidades dos partidos políticos e suas fundações.....	700
4.3.3	As entidades sindicais dos trabalhadores.....	702
4.3.4	As instituições de educação	703
4.3.5	As instituições de assistência social	710
4.3.6	Considerações adicionais.....	723
4.4	Imunidades aos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão	728
4.4.1	Considerações gerais	728
4.4.2	A acepção da palavra “livros”, para fins de imunidade	730
4.4.2.1	Desdobramento da ideia.....	732
4.4.2.2	Distinção importante	733
4.4.2.3	A indeterminação da palavra “livro”. Sua irrelevância, para fins de imunidade tributária.....	734

4.4.2.4 A desvinculação do livro ao papel, para fins de imunidade tributária	739
4.4.3 Ainda o papel de imprensa e outros “insumos”	742
4.4.3.1 Explicação necessária.....	743
4.4.4 Considerações adicionais.....	745
4.5 A imunidade do art. 150, VI, “e”, da CF.....	746
5. A imunidade do art. 150, § 2º, da CF.....	748
6. Demais imunidades	751
6.1 A imunidade do art. 149, § 2º, I, da CF.....	751
6.2 A imunidade do art. 153, § 2º, II, da CF	755
6.3 A imunidade do art. 153, § 3º, III, da CF	757
6.4 A imunidade do art. 153, § 4º, II, da CF	757
6.5 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “a”, da CF.....	759
6.6 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “b”, da CF	763
6.7 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “c”, da CF.....	770
6.8 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “d”, da CF	771
6.9 A imunidade do art. 155, § 3º, da CF.....	776
6.10 A imunidade do art. 156, II, “in fine”, da CF.....	779
6.11 A imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF.....	780
6.12 A imunidade do art. 184, § 5º, da CF.....	784
6.13 A imunidade do art. 195, § 7º, da CF.....	784
7. As imunidades e os deveres instrumentais tributários	800

Capítulo X – Isenções Tributárias

1. Observações introdutórias.....	801
2. Conceito	804
2.1 Isenção como “dispensa legal do pagamento do tributo”	805
2.2 Isenção como “hipótese de não incidência tributária, legalmente qualificada”.....	805
2.3 Posição de Paulo de Barros Carvalho	808
2.4 Novas ideias	812
3. Competência para isentar, no Brasil.....	813
3.1 Isenções concedidas por meio de lei ordinária.....	814
3.2 Isenções concedidas por meio de lei complementar	818
3.3 Isenções concedidas por meio de tratados internacionais.....	820
3.4 Isenções concedidas por meio de decreto legislativo estadual ou do Distrito Federal (ICMS)	821
3.5 Revogação de isenção tributária e anterioridade.....	823
4. Questões paralelas.....	824
4.1 Modalidades de isenções tributárias	824
4.1.1 Isenções transitórias e permanentes. Consequências jurídicas de sua revogação.....	824

4.1.2 Isenções condicionais e incondicionais	825
4.1.3 Isenções condicionais, com prazo certo. Consequências jurídicas de sua revogação total ou parcial.....	829
4.2 O campo de incidência das leis isentivas	841
4.3 Isenções de ICMS, concedidas por lei complementar, antes do advento da atual Constituição. Seu desaparecimento.....	844
5. Isenção, remissão e anistia tributárias. Suas diferenças jurídicas	845
6. Epítome	847
7. Os benefícios fiscais e o modo de serem interpretados e aplicados.....	848

Capítulo XI – Normas Gerais em Matéria de Legislação Tributária

1. Introdução	860
2. A Constituição e as normas gerais em matéria de legislação tributária	862
2.1 Os prazos de decadência e prescrição das “contribuições previdenciárias”	878
2.2 O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte	881
3. O caráter declaratório das normas gerais em matéria de legislação tributária.....	887
4. O alcance das normas gerais em matéria de legislação tributária	889
5. Novos argumentos.....	892
5.1 Conflitos de competência tributária. Como as normas gerais em matéria de legislação tributária devem evitá-los	896
6. O Código Tributário Nacional e as normas gerais em matéria de legislação tributária.....	898
7. Outras leis complementares tributárias	901
7.1 A lei complementar prevista no art. 148 da CF.....	901
7.2 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, VI, “c”, da CF .	901
7.3 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, § 5º, da CF.....	902
7.4 A lei complementar prevista no art. 153, VII, da CF	905
7.5 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 153, § 2º, II, da CF..	905
7.6 A lei complementar prevista no art. 154, I, da CF	906
7.7 A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, III, da CF	906
7.8 A lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da CF.....	909
7.9 A lei complementar prevista no art. 156, III, da CF.....	926
7.10 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, I, da CF	934
7.11 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, II, da CF.....	937
7.12 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, III, da CF	943
7.13 A lei complementar prevista no art. 195, § 4º, da CF	943
7.14 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 195, § 7º, da CF.....	943
7.15 A lei complementar prevista no art. 195, § 11, da CF.....	943
7.16 A lei complementar prevista no art. 2º da EC 3/1993	944

8. Lei complementar estadual veiculadora de “normas gerais em matéria de legislação tributária”. Sua possibilidade.....	944
9. Últimas considerações.....	947

Capítulo XII – CONCLUSÕES

Título I – Princípios constitucionais tributários.....	948
Capítulo I.....	948
Capítulo II.....	949
Capítulo III.....	950
Capítulo IV.....	951
Capítulo V.....	952
Capítulo VI.....	953
Capítulo VII.....	955
Título II – Competência tributária.....	957
Capítulo VIII.....	957
Capítulo IX.....	959
Capítulo X.....	960
Capítulo XI.....	961
<i>Bibliografia</i>	965
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	995